

A opção é pelo crescimento

Não são poucos aqueles que, sob influência dos últimos números oficiais divulgados sobre a inflação, já prevêem que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), em sua reunião da próxima semana, não baixará significativamente a taxa básica de juros — ou seja, não terá a ousadia de uma redução de 0,75 ponto percentual ou até 1,0 ponto, como os agentes econômicos vêm esperando. Isto porque as preocupações do Copom estão centradas na inflação, e não na promoção do crescimento econômico.

Ora, com dados tão claros sobre o desaquecimento da economia brasileira no último trimestre de 2005 e que vem tendo continuidade neste ano, prenunciando um primeiro trimestre muito fraco, está na hora de o Copom tomar uma afirmativa, deixando de lado a timidez. A sociedade brasileira não deseja, definitivamente, a volta de uma inflação descontrolada, mas anseia também poder crescer sem a asfixia de uma taxa real de juros, que, ainda que o Copom baixe a taxa Selic para 17,25%, continuará sendo a mais alta de todo o mundo, ficando em 12,2%.

Sim, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), segundo foi revelado nesta semana, apresentou uma elevação de 0,40% no primeiro decêndio de janeiro, uma variação de 0,34 ponto em relação à primeira prévia de dezembro da Fundação Getúlio Vargas, que foi de 0,06%. As maiores pressões vieram dos ali-

A sociedade brasileira não deseja a volta da inflação sem controle, mas aspira libertar-se de uma política monetária asfixiante

menos in natura, especialmente a soja, e dos gastos com educação. São fatores tipicamente sazonais: a soja encontra-se em período de entressafra e, como sabem todos os que têm filhos em idade escolar, as mensalidades dos colégios, justificadamente ou não, são reajustadas por ocasião das novas matrículas.

Não será por decisão do Copom, qualquer que seja ela, que a safra de soja, que começa em fevereiro, será antecipada. E ninguém, em sã consciência, defenderia a volta do controle de preços pelo gover-

no para conter a alta de mensalidades escolares.

Foi divulgado ontem que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é a medida oficial da inflação, fechou o ano de 2005 em 5,69%, apresentando ligeira variação sobre a projeção do mercado financeiro (5,68%). A meta, como se sabe, era de 5,1%, mas será isso justificativa para retardar uma baixa apreciável de juros?

Primeiro, é preciso considerar que a meta previa uma variação de 2 pontos para cima e/ou para baixo, e o resultado do ano passado, portanto, ficou dentro dessa faixa.

Não somos contrários à fixação de metas de inflação, um mecanismo muito útil de política econômica, mas ninguém no mercado espera que o resultado, ao fim de um período anual, apresente exata coincidência com o centro da meta.

A propósito, deve-se destacar que a atuação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no tocante à inflação tem sido muito eficiente. O presidente e sua equipe econômica assumiram o governo com uma inflação, medida pelo IPCA, de dois dígitos (12,53% em 2002). No ano seguinte, a

taxa baixou para 9,30%, vindo para 7,60% em 2004 e fechando em 2005 em 5,69%. Tem, pois, toda credibilidade a meta da inflação fixada em 4,5% para o ano em curso. E essa meta, convém insistir, é compatível com um crescimento do PIB de 4%, para ficar com a previsão do diretor-gerente do FMI, Rodrigo de Rato.

Lembre-se que não foi por consequência exclusiva da política monetária que o governo obteve esses resultados. Ajudou muito também a apreciação do real, que funcionou como uma âncora cambial.

Ao longo do ano, houve pressões inflacionárias, como sempre houve, mas o governo está determinado, como reafirmou há pouco o presidente Lula, a não deixar que interesses eleitoreiros comprometam a estabilidade econômica. Com condições externas ainda muito favoráveis e mantida a responsabilidade fiscal, não há efetivamente motivos para que o BC adote uma atitude negativa com relação ao crescimento, contrariando as aspirações nacionais.